

Planalto, eleições e os governadores

O presidente João Figueiredo deverá intervir pessoalmente na escolha de candidatos a governadores com base em pesquisas de opinião pública, nos informes elaborados, pelos serviços de informação e na análise feita pelos políticos dos nomes a serem considerados, pelas convenções estaduais. O Palácio do Planalto reconhece que os governadores assumiram maior responsabilidade na escolha de seus sucessores, mas pretende atuar junto a eles para que a opção recaia sobre candidatos que sejam bons de voto.

A rejeição da sublegenda, determinou diversas modificações na estratégia do governo federal para enfrentar as próximas eleições. Ainda ontem, o secretário particular do presidente, Heitor Ferreira, começou a municiar o Chefe do Gabinete Militar, Danilo Venturini, de informações sobre a situação do PDS em vários estados de maneira a compor um quadro de referências da possível ação governista em cada uma das unidades da federação.

A organização deste quadro de referências políticas já atende, a um desejo do presidente João Figueiredo, que embora ainda formalmente, impedido tem mantido conversas na Granja do Torto com políticos e ministros de seu governo. E de tal forma tem havido reuniões, e debates no Torto que ontem seus auxiliares mais próximos estavam rejeitando qualquer possibilidade de o presidente receber visitas na sua residência. O motivo alegado é peculiar para quem convalesce de um enfarte: a agenda do presidente Figueiredo, em sua residência, está completa até o próximo dia 12, quando voltará ao Palácio do Planalto.

O presidente retornará ao Planalto quando o quadro de referências, partidários nos estados estiver perto de estar terminado. Na realidade, o presidente e seu staff consideram a questão política, agora, absolutamente, prioritária, e será este o assunto que deverá merecer atenção presidencial desde os primeiros momentos, de sua nova fase de governo. Desde que a sublegenda, foi derrotada, o Planalto, encolheu-se na expectativa de novos lances no Congresso Nacional, entre os quais estava o controverso projeto da previdência social.

Agora, no entanto, segundo o testemunho de assessores influentes, o governo federal, tende a definir-se por candidatos, que tenham efetiva condição de vencer as próximas eleições. Por esta razão, o trabalho que foi iniciado no Palácio do Planalto, visa identificar os políticos dentro do PDS que tenham possibilidades claras, segundo os informes disponíveis de disputar com chances de vitória. Esta é a decisão básica.

No entanto, o presidente Figueiredo definiu também, que não deseja expor-se ao desgaste verificado em 1978, na última rodada de escolha de governadores. Ou seja, o presidente da República, não pretende monopolizar a escolha, mas, do mesmo tempo, também não quer deixar ao arbítrio do governador, em exercício a escolha de um eventual protegido seu sem chances de vitória na eleição.

Os exemplos de 78 são muito lembrados, inclusive aquele da eleição de Paulo Maluf, contra o candidato inpector do presidente João Figueiredo. A escolha de Maluf não foi contestada pelo Palácio, que preferia Laudo Natel, mas deixou a lição de que nem sempre a Presidência da República consegue atingir os objetivos definidos dentro do colégio eleitoral. E se naquele colegiado, que é restrito, existem dificuldades, elas serão muito maiores quando tratar-se de tentar fazer um candidato, com chances de vitória na eleição direta.

Governadores como Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, Virgílio Távora, do Ceará, ou Eurico Resende, do Espírito Santo, poderão ser chamados a Brasília, para que tenha início algumas conversas no sentido sucessório. O presidente da República vai aguardar a oportunidade, para exercer sua ação política. A idéia, é não agir antes da hora — para que o Planalto não receba o ônus, de uma má escolha — mas também não chegar atrasado no processo, situação em que o Presidente ficaria sem condições de interferir, na escolha do candidato.

Os próximos meses vão mostrar a execução desta política, porque é pensamento do presidente da República ter, até o início de março do próximo ano, definições claras sobre o processo sucessório nos estados. Naquele mês deverá começar o ciclo de viagens com fins eleitorais que o presidente João Figueiredo, apesar do enfarte, está disposto a cumprir integralmente.

André Gustavo Stumpf